

Movimento feminino pela anistia: análise dos núcleos Ceará e Belo Horizonte

Maria Heloiza Batista Lourenço¹

Resumo: O Movimento Feminino Pela Anistia surge no cenário político brasileiro no fim da década de 1970. Visando a conquista da Anistia política brasileira, o MFPA surge em 1975, sob o governo do General Ernesto Geisel. Nesse momento histórico o Brasil vive o fim da euforia causada pelo milagre econômico, e se inicia uma grave crise. Apesar do período governo por Geisel ser considerado por alguns como mais tranquilo em relação ao aparato repressivo, observa-se uma repressão silenciosa. Nesse contexto, surge um Movimento exclusivamente feito por mulheres que luta em favor dos atingidos pelo regime militar, com um objetivo inicial de conquista da anistia. Observamos nesse artigo que o Movimento Feminino Pela Anistia se expande para outros estados em forma de núcleos. Esse trabalho discutirá os núcleos dos estados do Ceará e Minas Gerais. Além disso, será analisada a figura emblemática da presidente do Movimento Therezinha Godoy Zerbine e sua postura que divide opiniões entre as integrantes do MFPA.

Palavras- Chave: Política; Anistia; Mulheres;

Abstract: The Female Amnesty Movement emerged in the Brazilian political scene in the late 1970s. Aiming to conquer the Brazilian political amnesty, the MFPA emerged in 1975, under the administration of General Ernesto Geisel. At this historic moment Brazil is experiencing the end of the euphoria caused by the economic miracle, and a serious crisis begins. Although the government period by Geisel is considered by some as more tranquil in relation to the repressive apparatus, it is observed a silent repression. In this context, there is a Movement exclusively made by women that fights in favor of those affected by the military regime, with an initial goal of winning the amnesty. We note in this article that the Amnesty Feminine Movement expands to other states in the form of nuclei. This paper will discuss the nuclei of the states of Ceará and Minas Gerais. In addition, will be analyzed the emblematic figure of the president of the Movement Therezinha Godoy Zerbine and its position that divides opinions among the members of the MFPA.

Keywords: Policy; Amnesty; Women;

Introdução

O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) tem início em 13 de abril de 1975, na cidade de São Paulo. Apresentava-se como um movimento constituído pela união de

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, desenvolve pesquisa sobre o período da Lei da Anistia no Brasil no Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar, sob orientação do Professor Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

mulheres que lutavam em favor de pessoas atingidas pelo Regime Civil Militar em curso no Brasil, a partir de 1964. Seu objetivo inicial seria a conquista da anistia.

O ano de 1975 foi propício para o surgimento de movimentos liderados por mulheres. Este foi proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher, seguindo as palavras de ordem: “igualdade, desenvolvimento e paz” (DUARTE, 2012, p.61).

A liderança do Movimento estava em posse de Therezinha Godoy Zerbine, esposa do ex-general Euryale de Jesus Zerbine, atingido pela repressão do Regime. O marco inicial do Movimento foi a elaboração do “Manifesto da Mulher Brasileira”. Esse documento convocava as mulheres a assumirem suas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Além disso, “[...] reclamava anistia política aos perseguidos, presos, exilados e a todos os atingidos pelos atos de exceção do regime militar [...]”². Esse documento não estaria destinado apenas ao governo, mas fazia também uma convocação a toda sociedade brasileira, sobretudo às mulheres, para que se engajassem na luta pela defesa da anistia.

Existia dentro do MFPA a ideia de que a anistia seria um direito do povo, logo, esta não resultaria de uma concessão, mas somente seria alcançada como resultado da pressão social. O grupo de mulheres colocava-se então na posição de contribuir a essa luta através da conscientização da sociedade sobre o significado de Anistia e seu papel na garantia da conquista de direitos humanos, e como primeiro passo para o retorno do estado democrático de direito no país. Segundo a historiadora Fabíola Brigante Del Porto, na visão dessas mulheres, a Anistia não era entendida como um pedido de perdão, mas sim um “[...] instituto de Direito, um ato que promoveria a reconciliação da nação consigo mesma.” (DEL PORTO, 2002, p. 84). Em 15 de dezembro de 1975, é eleito o conselho diretor do movimento, sediado em São Paulo. Therezinha Zerbine é oficializada como presidente. Ainda compõem a Diretoria do MFPA: Lila Figueiredo, como vice-presidente; Margarida Neves Fernandes, secretária geral e Yara Peres Santestevan como tesoureira. São criados núcleos do MFPA por todo o país. Ao longo desse artigo discutiremos os núcleos dos estados do Ceará e Belo Horizonte.

² DEL PORTO, Fabíola Brigante. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania** – 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

Visando se resguardar de qualquer ameaça de repressão, prisão e tortura, o Movimento foi registrado em cartório como entidade civil, isenta de fins políticos, religiosos, ideológicos ou lucrativos. É necessário ressaltar que o Movimento Feminino pela Anistia nasce dentro do governo de Geisel. Pode-se pensar que devido à política proposta por esse governo, visando distensão “lenta e gradual” (DUARTE, 2012, p. 68), com o objetivo de diminuir as tensões políticas no país, o MFPA não tenha enfrentado dificuldades quanto à repressão. No entanto, sob o governo de Geisel, observa-se o que a historiadora Ana Rita Fonteles Duarte denomina repressão “seletiva e dissimulada” (DUARTE, 2012, p. 68), perseguindo pessoas contrárias ao regime, que eram consideradas ameaça a vigência deste. Mesmo tendo registrado o Movimento em cartório tornando-o assim legal, além de trabalhar com a ideia de desligamento ideológico, o MFPA foi acompanhado pelos serviços de informações brasileiros que buscavam ligá-lo às organizações de esquerda.

O Movimento Feminino pela Anistia se consolidou como um espaço de luta reservado apenas para mulheres. Segundo Therezinha Zerbine essa característica seria uma “estratégia de guerra” (DUARTE, 2012, p. 74). Um movimento feminino, não teria tanta visibilidade e não causaria incomodo ao regime. Ainda baseado nesse pensamento, o MFPA utiliza aquilo que Duarte (2012), denomina de “jogo de gênero”. As mulheres utilizavam a seu favor o pensamento disseminado na sociedade de mães, pacificadoras e até apolíticas.

O fato de o Movimento ser uma organização composta por mulheres desperta o interesse de grupos feministas, também criados em 1975. Assim, em outubro do mesmo ano, o MFPA faz uma aliança com um grupo feminista de Londrina, liderado pela jornalista Joana Lopes. Desta união tem-se o lançamento do primeiro número do jornal Brasil Mulher. Porém, existem certas discordâncias entre os movimentos. Para Zerbine era aceitável a união do MFPA com as feministas, a fim de que a luta de mulheres em prol da anistia fosse divulgada. No entanto, isso não significava que o MFPA iria se apropriar da luta feminista em favor de direitos das mulheres, tais como: a moral sexual, o direito ao corpo, o questionamento da maternidade e heterossexualidade, dentre outras pautas de discussão (DUARTE, 2012). Portanto, ocorre uma ruptura entre o MFPA e a equipe feminista do Jornal Brasil Mulher.

É necessário ressaltar, que apesar da discordância por parte da líder Therezinha Zerbine com as lutas empreendidas pelo movimento feminista, o MFPA representa o

contato inicial de várias mulheres com o feminismo. A ex-presidente do núcleo de Minas Gerais, Helena Grecco caracterizava o núcleo de Belo Horizonte como tendo um caráter verdadeiramente feminista (DUARTE, 2012). Esse fator demonstra que apesar dos núcleos manterem um respeito quanto as diretrizes registradas em cartório, desenvolve-se experiências políticas próprias.

Além de grupos feministas, o MFPA também trabalhou de forma conjunta com Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) criado em 1978, porém, essa parceria funcionava permeada por alguns conflitos. O CBA enquadrava-se numa luta mais politizada. Dentro do Movimento, lutava-se por uma anistia associada a outras bandeiras, e pensava-se em transformar a campanha pela anistia num engajamento de caráter popular, visando uma intimidação do Estado autoritário. É necessário destacar que o Movimento abriu um caminho na luta pela anistia que foi percorrido posteriormente pelo CBA. Apesar de não receber tanto espaço na historiografia, o papel do MFPA foi primordial para a conquista da anistia, e a luta protagonizada pelo CBA foi subsequente.

Desenvolvimento

O núcleo cearense do MFPA tem início em Fortaleza, no dia 16 de março de 1976. A frente do Movimento, como presidente, estava Nildes Alencar Lima, irmã do Frei Tito. Lima ingressou no Movimento por indicação de Therezinha Zerbine. Foi convidada por Zerbine para participar do MFPA no ano de 1975, quando seu irmão já havia falecido. Lima foi a única presidente do núcleo, até 1979, quando este foi desintegrado. Ela era pedagoga e participante da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Independente Católica. A maioria das mulheres, que ingressavam na militância política de esquerda cearense, nesse cenário, faziam-na através da Igreja Católica. Algumas integrantes do MFPA iniciaram sua participação política através da JEC. Para a maioria dessas mulheres, ingressar no MFPA significou a possibilidade de retomada de militância que foi interrompida pela repressão do regime.

Segundo Duarte, o núcleo enfrentava alguns conflitos internos que em sua maioria estavam calcados em dois pilares: discordância nos objetivos e alcance do MFPA, no momento histórico. Havia uma parte do núcleo que era composta por familiares que haviam sido atingidos de alguma forma pela repressão do regime, e acreditavam ser o foco do Movimento a luta pela anistia ampla e geral, o que

representava a libertação dos presos políticos e a volta de exilados e banidos. Porém, as outras componentes do núcleo defendiam uma ação mais politizada que envolvesse questões mais amplas. Essas integrantes ficaram conhecidas dentro do núcleo como o “grupo da Maria”. O grupo recebeu esse nome devido a figura de Maria Luiza Menezes Fontenele que era uma professora aposentada da Universidade Federal do Ceará, ex-deputada estadual e federal e ex-prefeita de Fortaleza. Para Maria Luíza Fontenele, o Grupo teria percebido na fundação do Movimento Feminino pela Anistia a possibilidade de criar e articular outros movimentos sociais.

Observa-se divergências inclusive nas atividades empreendidas pelo núcleo. As integrantes concordavam em realizar manifestações públicas, porém havia discordância em como se colocar nos espaços escolhidos. Um exemplo de manifestação pública seriam as vigílias, feitas em solidariedade as greves de fome realizadas pelos presos políticos, e essas dividiam muitas opiniões e conflitos. Os eventos se concretizavam em ato de protesto, mas também de sofrimento familiar explícito, e a disputa se iniciava ainda nas reuniões de preparação, e davam-se pela escolha de canções, ou até mesmo sobre os discursos que seriam expostos.

Além dos conflitos internos, o núcleo cearense também protagonizou embates com a presidente nacional Therezinha Zerbine. De acordo com Duarte (2012), ela era considerada por algumas integrantes do Movimento como “durona, autoritária e até mesmo de direita.” (DUARTE, 2012, p. 185). Apesar dos esforços de Zerbine, grupos políticos se fizeram representar no Movimento. A expansão dos objetivos do MFPA, na luta não só pela anistia, mas principalmente pelo enfrentamento do regime militar, foi um dos principais pontos de conflito. Além disso, havia por parte do núcleo a tentativa de torna-lo mais autônomo com estatuto próprio, uma vez que todos os núcleos eram regidos pelo Estatuto Nacional criado por Therezinha Zerbine. No Ceará, a participação de homens em reuniões do Movimento ocorria livremente, e este foi outro ponto de discordância estabelecido com a presidente, visto que, a participação de homens no Movimento era vetada no Estatuto Nacional. Apesar das várias discordâncias com a direção nacional, é importante frisar que não houve ruptura ou tentativa de articulação de movimento paralelo.

Embora Movimento Feminino pela Anistia constituir-se como uma entidade legalizada, e ainda, ser um Movimento protagonizado por mulheres, que inclusive se utilizaram das imagens tradicionais femininas, segundo Duarte (2012), não foi

poupado pela repressão. Algumas militantes do MFPA/Ceará eram seguidas por veículos suspeitos, havia vigilância contínua, onde militantes eram fotografadas a luz do dia, nas entradas de locais de reuniões, por exemplo. Haviam, também, policiais disfarçados nas reuniões que aconteciam nas Igrejas, inclusive munidos de gravadores. A integrante de maior visibilidade dentro do MFPA/Ceará, Maria Luíza Fontenele, foi ameaçada de morte e alertada sobre a possibilidade de ser vítima de flagrante de porte de drogas.

Em junho de 1977 foi fundado em Belo Horizonte o núcleo mineiro do Movimento Feminino pela Anistia. O núcleo foi o terceiro, antecedido por Rio de Janeiro, e reunia cerca de 300 mulheres. Segundo a historiadora Anna Flávia Arruda Lanna Barreto, na Assembleia de fundação foi escolhida como presidente Helena Grecco e definido como bandeiras de luta a questão da anistia e a violação dos direitos humanos. Com o passar do tempo outras questões foram agregadas a essas, tais como racismo, condições de vida de populações mais abastadas, incluindo menores de idade.

A partir de 1978, ocorreu dentro do núcleo uma preocupação com que este conseguisse se expandir, para que a luta pela anistia fosse ampliada e divulgada. Sendo assim, a partir desse ano iniciou-se uma campanha pela expansão do MFPA/MG para o interior da cidade de Minas Gerais. A cidade de Juiz de Fora seria a mais visada, isto porque existia ali um presídio, onde estavam quatro presos políticos.

Em abril de 1980, após a saída de algumas sócias, devido a desentendimentos de propostas e ideais, o núcleo se dissolveu.

O núcleo empreendeu atividades que iriam desde trabalhos assistenciais, assim como visitas aos presos políticos, até os trabalhos de natureza política, como confecções de boletins de protestos contra a ditadura militar, e a favor da anistia política e em defesa dos direitos humanos.

Outras atividades realizadas pelo MFPA/MG seriam: manifestações públicas; apoio às greves de fome feita pelos presos políticos dos presídios de Itamaracá, Bangu e Frei Caneca; envio de cartas a grupos da Anistia Internacional e a outros comitês no exterior; panfletagem.

Com relação à divulgação da posição do Movimento frente à anistia, realizava-se através de boletins oficiais do Movimento, que adotavam uma linguagem acessível e um tamanho pequeno, objetivando atingir todos os setores sociais.

Apesar de sua unanimidade quanto à especificidade de gênero, as sócias do Movimento possuíam características diversas e variadas. Barreto (2011) demonstra que a exemplo do gênero, essa seria uma questão formadora de discordância: algumas sócias questionavam a limitação de participação somente feminina dentro do MFPA. Argumentavam que essa limitação continha o avanço do movimento democrático, e excluía setores de uma luta que era nacional.

Havia ainda divergências temáticas, de objetivos e formas de luta e de atividades que eram mencionadas constantemente nas reuniões do Movimento. A manifestação dessas divergências provocava desentendimentos e, em alguns casos, afastamento de sócias.

Segundo Barreto (2011) a relação estabelecida entre o núcleo mineiro, mais precisamente a presidente Helena Grecco, e a presidente nacional do MFPA, Therezinha Zerbine, foi conflituosa. Vários posicionamentos de Zerbine não eram compartilhados pela presidente mineira, a exemplo da entrada de vertentes feministas dentro do Movimento. Zerbine aliou-se as feministas, como explanado anteriormente por esse trabalho, mas somente para a divulgação da campanha de anistia. Não existia interesse por parte da presidente em levantar bandeiras de luta específicas sobre mulheres. Helena Grecco nunca negou o caráter feminista do núcleo mineiro, gerando assim um embate com Zerbine. Segundo a entrevista dada por Heloísa Grecco (filha de Helena) contida na obra de Barreto (2011, p. 96): “É importante colocar que o Movimento Feminino teve um caráter feminista também. Um eixo importante da nossa luta era a questão da emancipação feminina. Foi o MFPA que começou a comemorar no Brasil o Ano Internacional da Mulher. ”

O núcleo mineiro, assim como o cearense, sofreu com ameaças e intimidações por parte do governo. O caso mais expressivo foi um atentado a residência de Helena Grecco: enquanto se reuniam inclusive com Therezinha Zerbine no interior da residência, uma bomba foi lançada de dentro de um carro para o portão da casa. Ninguém se feriu.

As integrantes do núcleo procuraram agir de forma tranquila frente a essas ameaças, e também, a utilizar ainda mais a figura de mulher, mãe e esposa ideal, preocupada com seus familiares e entes queridos.

Considerações finais

O Movimento Feminino pela Anistia surge em um contexto de instabilidade do país, e abre caminho para a criação de uma campanha que culminou na conquista da Lei de Anistia, em agosto de 1979. Apresentava-se como um movimento constituído pela união de mulheres que lutavam em favor dos atingidos pelo Regime Civil Militar em curso no Brasil.

O MFPA transformou a campanha pela Anistia em luta do povo brasileiro, sobretudo das mulheres. Acreditava-se que a Anistia seria um direito do povo, logo, esta não poderia resultar de uma concessão, somente seria alcançada através da pressão social. Ao Movimento caberia então, conscientizar a sociedade sobre o significado da conquista da Anistia, já que este seria o primeiro passo para o retorno do Estado Democrático de Direito.

Therezinha Zerbine foi uma liderança forte, considerada por muitos como “durona e autoritária” (DUARTE, 2012, p. 185). Iniciou o Movimento Feminino pela Anistia na cidade de São Paulo, em 1975 e fez sua expansão para vários estados do país por meio de núcleos, ao qual analisamos o mineiro e o cearense.

Os núcleos mineiro e cearense, analisados por este trabalho, possuem características diferentes, apesar de lutarem igualmente pela campanha da anistia. Um aspecto de caráter importante e que necessita ser destacado foi a politização existente no MFPA/Ceara. Essa politização foi empreendida de tal forma que dividiu o núcleo em grupos, tais como: o “Grupo da Maria”, que recebe esse nome devido a Maria Luíza Menezes Fontenele, também integrante do Movimento.

Outro aspecto de extrema importância com relação aos núcleos seria a relação destes com Therezinha Zerbine. Nesse ponto observamos semelhanças entre os núcleos.

Algumas integrantes do MFPA/Ceara chegavam a afirmar que Zerbine era durona, e até mesmo, de direita. As discordâncias passavam por aspectos relevantes, tais como a proibição da participação de homens dentro do Movimento e caminham para um embate mais acalorado: a questão da defesa da anistia. Therezinha defendia a ideia de anistia como esquecimento, e isso não era compartilhado pelas integrantes do núcleo cearense. Além disso, a defesa da ideia de anistia ampla e geral, que era compartilhada por Zerbine, também não era aceita pelo MFPA/Ceara, que buscava uma anistia ampla, geral e irrestrita.

A presidente do núcleo mineiro, Helena Grecco, também protagonizou embates acirrados com Zerbine. Grecco chega a afirmar que não conseguia trabalhar com Therezinha, pois possuíam *modus operandi* completamente diferentes (DUARTE, 2012, p. 64). Discordava de Therezinha com relação à ideia de anistia como esquecimento, e também com o fato da bandeira defendida pelo Movimento ser apenas a anistia, visto que o MFPA/MG anexou a campanha outras reivindicações, como por exemplo, a defesa de direitos humanos e a questão do racismo. O caráter feminista do Movimento também foi pauta de discussão, já que Helena Grecco afirmava que o núcleo possuía um caráter feminista, característica esta que não agradava a Therezinha Zerbine.

Por fim, um último aspecto de extrema importância envolvendo o MFPA é o pequeno destaque que este recebe dentro da historiografia apesar da extrema importância desenvolvida pelo Movimento, dentro do processo de conquista da anistia política e também do retorno a democracia. Percebemos que o espaço concedido a este nos registros históricos é pequeno e, por vezes, menos importante. O Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) recebe o mérito pela conquista da campanha, mas, como observamos ao longo desse trabalho, a luta empreendida pelo MFPA foi extremamente maior, inclusive abrindo caminho para que o CBA assumisse o mérito.

Referências

BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. **Movimento feminino pela anistia: a esperança do retorno à democracia**. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2011.

DEL PORTO, Fabíola Brigante. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania** – 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos de memória: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)** – Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

